

Ana Rita Rodrigues Pereira



Projeto de Graduação
Licenciatura em Criminologia

Trabalho Sexual em Contexto Universitário

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Porto, 2024

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Licenciatura em Criminologia

Trabalho sexual em Contexto Universitário

A aluna

(Ana Rita Rodrigues Pereira)

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Criminologia sob a orientação do Professor Doutor Luís Santos.

Agradecimentos

Ao Prof. Doutor Luís Santos, pelo seu apoio e orientação durante estes meses.

À Dra. Filomena Frazão Aguiar, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA” e supervisora da instituição de acolhimento, por me acolher na família que é a FPCCSIDA.

Às Dras. do CAOJ do Porto, Alexandra Duque, Helena Vilaça, Armandina Martins, Rita Braga e Catarina X e ao professor do CAOJ de Guimarães, Duarte Barros, por todos os momentos de apoio e de boa disposição que me proporcionaram ao longo dos meses de estágio. Para sempre, a vossa Trombinhas.

Às minhas colegas e amigas de estágio, por todos os momentos de diversão, em especial à minha querida amiga Ana por toda a ajuda.

Ao meu namorado Hugo, por todo o apoio, paciência e amor e por me fazer acreditar em todos os dias que, de facto, o amor existe.

À minha grande amiga Salomé, por todos estes anos de amizade e por estar sempre ao meu lado, nos bons e nos maus momentos.

À minha avó Rosa e madrinha Sofia, por tudo.

E, por último, ao grande amor da minha vida, a minha mãe, que fez com que tudo isto fosse possível e que luta todos os dias por mim. Sem ti, nada disto seria possível.

Resumo

Nos dias de hoje, o trabalho sexual é visto como algo inaceitável e proibido. É necessário reconhecer e compreender este grupo de trabalhadores que, ao longo de muito tempo, têm sido oprimidos e alvo de muitas tentativas de estigmatização.

Fruto da crise econômica, da falta de recursos e das dificuldades em fazer face a um conjunto de despesas essenciais ou aceder a bens e serviços de elevada desajustabilidade social, alguns estudantes recorrem ao trabalho sexual como forma de assegurar não apenas uma estabilidade financeira, garantindo necessidades básicas, como garantir um estilo de vida consentâneo com motivações e desejos não compatíveis com essa mesma falta de recursos.

O presente projeto, de natureza qualitativa, propõe um trabalho com vista a explorar a realidade de estudantes universitários/as que exercem qualquer tipo de atividade relacionada com o trabalho sexual.

Palavra-Chave: trabalho sexual, estudantes universitários, preconceito, estigma

Abstract

Nowadays, sex work is seen as unacceptable and forbidden. It is necessary to recognize and understand this group of workers who, for a long time, have been oppressed and the target of many attempts at stigmatization.

As a result of the economic crisis, the lack of resources and the difficulties in meeting a set of essential expenses or accessing goods and services that are highly desirable in society, some students turn to sex work as a way of ensuring not only financial stability, guaranteeing basic needs, but also guaranteeing a lifestyle in line with their motivations and desires.

This qualitative project, using in-depth interviews, was designed to understand and get to know university students' motivations for entering sex work, as well as its implications for their personal and academic lives.

Key-Words: Sex work, university students, prejudice, stigma, prostitution.

Índice

Introdução.....	9
Capítulo I- Enquadramento Teórico	11
1. Prostituição ou Trabalho Sexual: conceitos, práticas e interpretações.....	12
1.1. A indústria sexual	14
1.2. Figuras associadas à prostituição.....	15
1.2.1. Proxeneta (Chulo).....	15
1.2.2. Madame/ Patroa.....	16
1.2.3. Cliente.....	16
1.3. Violência e trabalho sexual	18
1.4. Causas da Prostituição	20
1.5. Modelos Políticos Legislativos.....	21
1.5.1. Proibicionismo.....	21
1.5.2. Abolicionismo	22
1.5.3. Regulamentarismo	22
1.5.4. Descriminalização	23
1.6. Discriminação e exclusão social.....	23
2. Trabalho Sexual em contexto universitário.....	24
2.1. Atividades eleitas pelos estudantes universitários em contexto do trabalho sexual	25
2.2. Ser estudante e trabalhador do sexo	26
3. Associações e programas de apoio a Trabalhadores do Sexo em Portugal.....	27
Capítulo II- Contribuição Empírica.....	30
1. Metodologia	31
1.1. Proposta de Intervenção.....	31
1.2. Objetivo Geral	31
1.3. Objetivos específicos.....	31
1.4. Método.....	32
1.5. Participantes	32
1.6. Material e procedimento.....	32
2. Apresentação e discussão dos Resultados Esperados	33
Conclusão	34
Referências bibliográficas	35

Índice de Anexos

Anexo A: Questionário Sociodemográfico.....	41
Anexo B: Guião de Entrevista.....	42
Anexo C: Pedido de colaboração à Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA”	43
Anexo D: Consentimento Informado	44

Índice de Abreviaturas

TS - Trabalhador(es) do sexo

FPCCSIDA- Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA”

CP- Código Penal

Introdução

O presente Projeto de Graduação, sob o título *Trabalho sexual em contexto universitário*, integra-se nos requisitos necessário à conclusão do 1.º Ciclo de Estudos em Criminologia, pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Fernando Pessoa. A ideia surgiu a partir da realização do estágio curricular efetuado na “Fundação Portuguesa - A Comunidade Contra a SIDA” no ano letivo 2023/2024, através do contacto com profissionais do sexo, ainda inseridos no meio estudantil.

O presente trabalho pretende-se refletir sobre uma atividade estigmatizada, assim como sobre as experiências de trabalhadores sexuais. Reconhecendo que este grupo é alvo de estigmatização e preconceitos vários, importa dar visibilidade e problematizar a realidade dos trabalhadores sexuais, mapeando percursos e discursos. De facto, o estigma associado ao trabalho sexual é uma fonte de violência que tem como base a discriminação social mais ou menos generalizada dos trabalhadores do sexo. Em particular, o trabalho sexual em contexto universitário é um fenómeno mundial que, ao longo dos tempos, tem sido uma opção viável para estudantes universitários devido a um conjunto de fatores, entre eles o económico. Sabe-se que um número considerável de estudantes universitários se desloca da sua zona de residência para ir estudar em instituições de ensino geograficamente afastadas. O pagamento das propinas, o arrendamento de um espaço para viver, a alimentação, os contratos de fornecimento de serviço, como água, luz, condomínio, entre outros, torna-se um problema, pois muitos estudantes não têm condições monetárias para acomodar tantos encargos financeiros.

O presente trabalho encontra-se estruturado em duas partes. Na primeira parte, o enquadramento teórico, aborda-se o trabalho sexual, principais conceitos, práticas, interpretações e figuras associadas. Abordam-se ainda os tipos e locais do trabalho sexual, as diferentes abordagens ao trabalho sexual e caracterização de violências existentes nesta atividade, assim como os modelos legislativos vigentes. Por fim, aborda-se o estigma e a exclusão social e, em particular, o trabalho sexual em contexto universitário e as associações e redes de apoio a estes/as trabalhadores/as em Portugal. A segunda parte apresenta uma proposta de intervenção que tem como objetivo, entender as motivações para o envolvimento dos estudantes universitários/as no trabalho sexual,

bem como as implicações que esta atividade pode ter na vida pessoal e académica do sujeito. Na metodologia, descreve-se a proposta de intervenção, os objetivos gerais e específicos, o método, participantes, instrumentos e procedimentos. O projeto será finalizado com uma apresentação e discussão dos resultados esperados.

Capítulo I- Enquadramento Teórico

1. Prostituição ou Trabalho Sexual: conceitos, práticas e interpretações

O trabalho sexual tem sido percebido de várias formas ao longo da história da humanidade, enquadrando diversos processos políticos, económicos, religiosos, morais, direitos humanos, científicos, entre outros (Ramalho, 2020). O conceito de prostituição “tem variado segundo as épocas, os povos e até sob o ponto de vista médico e jurídico.” (Alves & Costa, 2001, p.69). Segundo Oliveira (2017), o termo “prostituição” é acompanhado desde os primórdios da humanidade e é caracterizado de várias formas, tais como: Acompanhante, Alcoviteira, Barregã, Colareja, Concubina, Cortesã, Croia, Devassa, Marafona, Menina de Rua, Menina, Puta, Rameira, e assim por diante. A prostituição, ao longo dos tempos, parece ter sido vista sempre de forma negativa, no entanto, nem sempre foi assim.

Segundo Alves e Costa (2001), a noção de prostituição ficou a ser conhecida, pelo menos, desde o século VI a.C pelo filósofo e imperador Sólon que acabou por criar um tipo de ajustamento muito próximo com os “bordéis” de hoje. Sólon, ao explorar as vantagens que a própria prostituição “sagrada” evocava aos Sacerdotes e aos lucros que trazia para o Estado, permitiu que passasse a ser considerada como prostituta “a mulher que se entregava ao homem a troco pecuniário, ainda que com indiferença afetiva” (Alves & Costa, 2001, p.34). Na Babilónia, segundo Oliveira (2017), antes do Cristianismo, a prostituição era vista como algo “sagrado”, interligando a mulher como símbolo do amor, da maternidade e da fertilidade. No entanto, no que diz respeito ao Cristianismo e ao crescente valor do casamento, sucedeu-se uma divisão na sociedade em relação às esposas, pois havia as legítimas (boas mulheres, donas de casa, preparadas para assumir o papel de mãe) e as ilegítimas, ditas prostitutas (Schouten, 2010). Pouco a pouco, as mulheres começaram a ser condenadas e excluídas da sociedade.

Com o passar dos tempos, a prostituição passou a ser vista como algo imoral e repulso, caracterizando a atividade como a venda de serviços sexuais, a troco de dinheiro. Assim, a prostituição é tida como um trabalho sexual e uma atividade comercial de prestação de serviços em que é desempenhado um comportamento com um significado sexual ou erótico de quem compra. “Incluída no trabalho sexual, está,

pois, a prostituição que é o desempenho comercial de relações sexuais (vaginais, orais, anais ou masturbatórias), entre outras atividades com conotação sexual.” (Oliveira, 2011, p.15).

As expressões “trabalho sexual” e “profissional do sexo” foram propostas na década de 1970, por Carol Leigh, prostituta e ativista dos Estados Unidos da América, com o principal objetivo de eliminar o termo “prostituição” e adotar o termo de “trabalhador do sexo”, como forma de erradicar a conotação negativa trazida do termo de “prostituta/o”, comumente interligando essa prática com o crime, o estigma e a vergonha (Oliveira, 2011). A adoção do termo “trabalhador do sexo”, engloba todos aqueles que trocam serviços sexuais por alguma forma de ganho monetário. Esta terminologia marcou o início de inúmeros movimentos internacionais que se centram na defesa dos direitos dos trabalhadores do sexo, designadamente a legalização da profissão. Desses movimentos, começaram a surgir, um pouco por todo o mundo, associações de apoio aos trabalhadores do sexo, tais como: o Coletivo de Prostitutas (Inglaterra), Hetaira (Espanha), a HYDRA (Alemanha), a SWEAT (África do Sul), a Rede Brasileira de Prostitutas (Brasil), o AMEPU (Uruguai), o CTA (Argentina), o EMPOWER (Bangkok), o MTS- Movimento de Trabalhadores do Sexo (Portugal), entre outros (Graça, 2019).

O trabalho sexual é caracterizado por uma variedade de práticas que, segundo Oliveira (2011), dividem-se em dois grupos distintos: o contacto direto, que engloba todas as práticas de contacto físico (e.g., beijos, carícias, sexo vaginal, anal e oral, masturbação) e o contacto indireto, que compreende tudo o que seja serviços desempenhados a partir de linhas telefónicas, pornografia, *striptease*, danças eróticas, *texting*, *peep shows*, dominação profissional, *rent boys*, mensagens eróticas, performances de *webcam*, entre outras (Chateauvert, 2013; Oliveira, 2011).

Assim, os serviços sexuais entre adultos nada mais são do que uma transação, consentida, de serviços com significado sexual e/ou erótico, referindo-se “a uma mulher, homem e/ou transgénero adulto ou jovem (entre os 18 e os 24 anos), que recebe dinheiro ou bens, em troca de serviços sexuais, sejam eles regulares ou ocasionais.” (HIV/AIDS, 2009, p.3). Quando “não há consentimento, trata-se de violência, abuso ou escravatura sexual e não de trabalho sexual ou em casos que envolvem crianças, desenham-se situações de abuso sexual de menores.” (Oliveira, 2011, p.15).

Apesar da descriminalização da atividade profissional e da introdução da ideia de trabalho sexual nos anos mais recentes, as pessoas que se prostituem continuam a ser vítimas e socialmente rejeitadas e excluídas (Oliveira, 2011). E isto “implica a defesa da profissionalização destas atividades (...) sem estigma e de forma a dignificar o trabalho que é exercido por estas mulheres e homens.” (Oliveira, 2004, p.89). Atualmente, o mercado do sexo expandiu-se de tal forma no aumento da procura, na diversificação de preços e do tipo de consumidores, que permite o crescimento da economia nacional e internacional (Ramalho, 2020). Devido à expansão e diversificação desta atividade, novas empresas surgiram, como lojas de produtos eróticos, bares, clubes de *striptease*, bares de alterne, entre outros, o que faz do trabalho sexual uma verdadeira indústria e uma enorme potência económica mundial.

1.1. A indústria sexual

A prostituição é um fenómeno complexo. Existem prostitutas/os de rua, acompanhantes de luxo, *call girls*, *striptease*, operadores de linhas telefónicas, atrizes e atores de conteúdos pornográficos e ainda dominatrix que operam em apartamentos privados, em clubes de massagens, em hotéis, bares, clubes e saunas. Cada vez mais o trabalho sexual virtual é tido como principal escolha devido ao surgimento das tecnologias modernas e à facilidade da visualização e compra desses conteúdos de cariz erótico (Oliveira, 2011). De acordo com a mesma autora, existem duas tipologias de prostituição: prostituição de rua, onde os serviços são prestados aos clientes na rua, nomeadamente em áreas públicas, matas, parques públicos, passagem de tráfego de automóveis e até em zonas comerciais e a prostituição de interior (ou de luxo) que é praticada em ambientes privados, como em apartamentos, hotéis ou bordéis.

A prostituição de rua, segundo Oliveira (2011), é a mais acessível à classe trabalhadora e, como tal, os trabalhadores do sexo tendem a descuidar-se mais no que concerne à imagem física. Na prostituição de interior (ou de luxo), os clientes geralmente pertencem a círculos elevados e restritos da sociedade, solicitando, regra geral, o máximo de descrição. Perante este contexto, as mulheres são requisitadas não só para encontros sexuais, mas também para serem acompanhantes de viagens, de jantares, ou para conversarem com o cliente.

A prostituição de rua tende a ser caracterizada como suja, degradada, imunda e sem cuidados de higiene, muitas vezes praticada por consumidores de ilegais (Oliveira, 2004), enquanto a prostituição de interior tende a ser encarada de forma menos negativa e praticada em contextos com melhores condições de higiene e com um tipo de atendimento mais cuidado.

1.2. Figuras associadas à prostituição

Como já foi referido, no trabalho sexual existe uma variedade e multiplicidade de práticas onde é possível classificar os trabalhadores do sexo de acordo com vários critérios, como o sexo, a idade, orientação sexual, entre outras (Oliveira, 2011). No entanto, muitos dos trabalhadores do sexo trabalham de uma forma coberta, por vezes em redes nacionais ou internacionais organizadas que são geridas por alguém, o que faz com que os próprios não tenham uma independência monetária total na sua atividade (Oliveira, 2011). Logo, na prostituição aparecem figuras que perpetuam a sua estrutura, sendo as mais relevantes: o proxeneta/chulo, a madame e o cliente.

1.2.1. Proxeneta (Chulo)

O “proxeneta”, vulgarmente conhecido como “cafetão”, “rufião” ou “chulo”, é alguém que explora, com fins lucrativos, a prostituição. O proxeneta (chulo) pode ser visto por algumas prostitutas/os, com um sentimento de afeição, servidão e/ou de medo. Ou seja, há duas vertentes pela qual estes tipos de relacionamentos podem ser analisados, a perspetiva mais pacífica, onde as prostitutas visionam o proxeneta (chulo) como alguém que cuida e as protege, estilo de um namorado ou marido, e a perspetiva mais agressiva, onde o relacionamento entre o proxeneta (chulo) e a prostituta se baseia no terror e medo destas e onde são obrigadas a entregar certas quantias monetárias sob “pena” de algum tipo de agressão (Costa & Alves, 2001). Segundo Oliveira (2011), a exploração que existe atualmente nas casas de prostituição, baseia-se nos gerentes dos bares (proxenetas/chulos) cobrarem e ficarem com cerca de 50% dos ganhos dos/as trabalhadores/as do sexo. Dentro do triângulo trabalhador do sexo - cliente – proxeneta (chulo), este último, é o único cuja atividade em Portugal é criminalizada, pois no Código Penal Português, os gerentes de casas de prostituição que, de alguma forma,

lucrem ou facilitem o exercício por outra pessoa que se prostitui, podem ser acusados do crime de lenocínio (Artigo 169.º do CP) (Oliveira, 2011).

Hoigard e Finstad (1992) classificam os proxenetas em cinco categorias distintas: 1) o *namorado- chulo não violento*, cuja relação com o/a trabalhador/a do sexo é amorosa e ambos operam em conjunto sob qualquer decisão; 2) o *chulo-sexual*, cuja relação é apenas de conveniência; 3) o *namorado-chulo violento*, no qual a/o prostituta/o tem uma relação emocional, mas é caracterizada pela violência perpetuada; 4) O *chulo-estável*, que tem várias mulheres e/ou homens a trabalhar para ele, podendo ter uma relação com mais do que um/a trabalhador/a ao mesmo tempo; 5) O *chulo do clube do sexo*, que são donos e gerentes das casas onde existe prostituição e cuja relação proxeneta (chulo)-prostituta/o, é meramente empregado/a-empregador, anulando qualquer relação afetiva e/ou sexual.

1.2.2. Madame/ Patroa

Uma outra figura é a da “madame”, que é caracterizada como sendo a dona, uma administradora ou gestora de um bordel. Esta figura é muitas vezes retratada como uma pessoa com uma enorme experiência e habilidades de gestão, que transformou a sua vivência como prostituta em um negócio lucrativo. A “madame” desempenha várias funções, desde a contratação e formação de novas prostitutas/os até à administração das relações com os clientes e as autoridades. Uma das principais funções da “madame” é garantir que o negócio seja lucrativo, e assegurar a satisfação dos clientes. Além disso, desempenha um papel crucial na segurança e do bem-estar dos trabalhadores do sexo. No entanto, esta figura, já assumiu, uma maior relevância do que assume atualmente (Alves e Costa, 2001).

1.2.3. Cliente

O “cliente” é uma pessoa que paga a um trabalhador do sexo em troca de uma atividade sexual. O cliente varia de idade, orientação sexual, identidade de género, de sexo biológico, de estado civil, de profissão, e muitos mais, que procuram a sua satisfação sexual ou, como em muitos casos, apenas a companhia de alguém. Segundo Alves e Costa (2001), existem várias razões pelas quais os clientes procuram um trabalhador/a do sexo, nomeadamente:

- Pela experiência de estar com um/a;
- Pelo desejo de fortalecer o seu papel de dominante;
- Pela aprendizagem de técnicas de melhoramento da sua performance sexual que lhes permitam aumentar a satisfação dos/as respectivos/as companheiros/as;
- Devido a problemas/dificuldades criadas no seio do seu matrimónio;
- Devido a problemas como disfunção erétil e/ou impotência sexual;
- Por questões de solidão e carência;
- Em virtude de alguma deficiência física e/ou perturbação emocional ou psiquiátrica.

Na maioria dos casos, os clientes procuram características específicas e/ou variedades de serviços, como por exemplo: o sexo oral, anal, o uso de óleos e loções, práticas de *Ménage á trois*, o uso de fantasias eróticas, o uso de práticas BDSM (Bondage, Disciplina, Submissão e Masoquismo), que são um conjunto de práticas sexuais podem implicar a dor, a humilhação erótica e a encenação de fantasias sexuais como forma de prazer e que associam ao seu ideal sexual, que por vezes, não são realizados junto do/a companheiro/a. Segundo Alves e Costa (2001), a maioria dos clientes é casada e do tipo ocasional, apesar da crescente procura de jovens e solteiros. Por vezes, muitos dos clientes “habituais” chegam a fazer amizade com o trabalhador do sexo e muitos oferecem ajuda fora do contexto prostitucional.

Existe a ideia de que o cliente é um criminoso e é alguém que por recorrer a um trabalhador sexual deve ser julgado por esse comportamento. Contudo, essa ideia, torna-se ideologicamente enviesada, uma vez que investigações têm demonstrado que as relações entre trabalhadores do sexo com os seus clientes são relações complexas e maioritariamente não abusivas. Geralmente, os trabalhadores do sexo estabelecem uma relação com o cliente, apenas instrumental, porém, através do envolvimento, podem surgir relações de afeto, de prazer e amor. Como já foi referido, muitos clientes encontram na prostituição o único meio de satisfação sexual, sobretudo pessoas que são portadores de algum tipo de incapacidade física (Oliveira, 2011).

Segundo Oliveira (2018), na sua participação no TEDxPorto:

A sexualidade é um direito humano. As pessoas que têm deficiência têm o direito à sua sexualidade e ao seu prazer. E há países que têm uma figura legal que é uma assistente sexual, que é alguém que recebe treino para ter relações sexuais com pessoas portadoras de deficiência. (Oliveira, 2018).

Isto descreve a importância dos trabalhadores do sexo para os clientes, pois são pessoas que ajudam outras a ter uma qualidade de vida melhor e sobretudo de usufruir o direito à sua sexualidade. Isto vai contra a ideia de criminalizar o cliente, pois esta atividade apesar de ser vista por muitos como algo inaceitável, para outros é o único meio de se sentirem realizados tanto a nível sexual como emocional.

1.3. Violência e trabalho sexual

O risco de vitimização dos trabalhadores do sexo é francamente maior do que na população em geral. Além do estigma e do preconceito, a investigação científica tem documentado vários tipos de violência ao nível sexual, física e/ou verbal (Raphael & Shapiro, 2004; Nixon et al., 2002). De acordo com a investigação de Farley e colaboradores (1998), conduzida em cinco países (África do Sul, Tailândia, Turquia, Estados Unidos da América e Zâmbia), verificaram que cerca de 82% dos participantes, tinham sido alvo de ameaças físicas, 68%, foram sexualmente agredidos e 83%, ameaçados com arma branca em contexto prostitucional. Outro estudo realizado por Armstrong (2015), revelou numerosas experiências de assédio, que incluem a violência verbal e a violência física, perpetuadas por pessoas que passavam perto dos locais de prostituição.

Os insultos verbais, as ameaças, as intimidações, os assaltos, os roubos, as agressões físicas, os sequestros, as tentativas de abusos sexuais e as violações são agressões que este grupo habitualmente está sujeito. Esses tipos de violências têm um impacto significativo na vida dos trabalhadores do sexo, não só pela violência psicológica, como também pela violência física, algo que provoca danos, por vezes, irreversíveis na vida destas pessoas. Ao estarem expostas, de uma forma repetida e prolongada, a diversas formas de agressão, implica uma mudança significativa no seu bem-estar físico e emocional. A gravidade de algumas agressões, combinadas com a vivência diária de episódios de violência, colocam os profissionais do sexo numa situação de vulnerabilidade que pode favorecer o desenvolvimento de problemas de saúde mental, traumas e comportamentos autodestrutivos (Ramalho, 2020).

Segundo Oliveira (2011), existem dois tipos de violência: a violência encoberta e a violência aberta. Ramalho (2020), por seu turno, categoriza as formas de violência como direta e indireta. A violência encoberta, ou indireta, é um tipo de violência

psicológica que se traduz em comportamentos e expressões faciais reprovadoras e sarcásticas (Oliveira, 2011; Ramalho, 2020). Este tipo de violência é caracterizado pelo pronunciamento de palavras danosas, que têm a intenção de ridicularizar, humilhar e manipular os trabalhadores do sexo. A violência direta é caracterizada por um tipo de violência física e psicológica (Oliveira, 2011; Ramalho, 2020). Segundo Ramalho (2020), a violência direta diz respeito a comportamentos físicos ou verbais executados de forma aberta, declarada e explícita, com a intenção de atingir os trabalhadores do sexo, causando-lhes danos morais, físicos e/ou psicológicos.

Relativamente a este tipo de violência, Oliveira (2011) identifica os seguintes atos intencionais:

1) Os insultos verbais (como os termos de “*puta*”, “*traveco*”, “*porca*”, “*paneleiro*”, “*padeiro*”, entre outros), que são habitualmente proferidos pelas pessoas quando estão na presença de um trabalhador do sexo;

2) O escárnio, que se refere a situações em que grupos de pessoas, dentro de viaturas, passam pelos trabalhadores do sexo e gozam repetidamente, de forma violenta e autoritária. Em alguns casos de escárnio, os “trabalhadores do sexo são atingidos com paus, pedras, vidros, cuspidelas, beatas de cigarro, garrafas (por vezes cheias de urina), balões de água e por ovos, por aqueles que circulam de carro pelo território prostitucional.” (Ramalho, 2020, p.268).

3) O rapto, em que mulheres são raptadas e despojadas (por vezes desprovidas de roupa) em locais isolados, distantes e desconhecidos pelas mesmas e que na maioria dos casos, são agredidas fisicamente e/ou sexualmente;

4) A violência direta, que inclui murros, pontapés, bofetadas, ameaças de armas brancas ou de armas de fogo. Alguns trabalhadores “podem ser empurrados, esbofeteados, esmurrados, pontapeados, mordidos, queimados, estrangulados, cortados ou até mesmo perfurados” (Ramalho, 2020, p.268).

5) E por último, a violação ou a tentativa de violação. A violação envolve o uso da força física, da violência, da ameaça, do abuso da autoridade ou da colocação da vítima num estado de incapacidade de resistir para concretizar a violência sexual. A violação pode envolver diferentes atos sexuais forçados, como por exemplo: a penetração anal, vaginal e a prática de sexo oral. Segundo o Artigo 164.º do CP:

Artigo 164.º - Violação

1 - Quem tiver cópula com mulher, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para realizar a cópula, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, ou, ainda, pelos mesmos meios, a constranger a tê-la com terceiro, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

2 - Com a mesma pena é punido quem, nos termos previstos no número anterior, tiver coito anal com outra pessoa, ou a constranger a tê-lo com terceiro.

As violências sobre os trabalhadores do sexo continuam a não ter visibilidade (Oliveira, 2011). Segundo Phipp (2013), no seu estudo através da análise de 118 incidentes de violências relatadas por trabalhadores do sexo, concluiu que cerca de 25%, sofreram de violências físicas e sexuais, 25% de roubo e 30% de assédio sexual (incluindo *stalking*) onde apenas 15 dos 118 incidentes foram denunciados às autoridades. A maior parte dos trabalhadores do sexo, não têm qualquer tipo de apoio, que os ajude a reportar os atos às autoridades, devido á fraca credibilidade que lhes está associada (Oliveira, 2011). Quando se trata de violências contra os trabalhadores do sexo, existe a tendência de não atuar de acordo com a gravidade dos atos praticados. Nos casos como os homicídios, existe uma probabilidade maior de serem tratados de uma forma diferente pelos meios policiais, no entanto, as restantes violências que não são consideradas “sérias”, não apresentam para as autoridades nem para os meios de comunicação como algo relevantes.

1.4. Causas da Prostituição

As trajetórias dos trabalhadores do sexo são todas diferentes, pois os “percursos das pessoas que se prostituem são diversos e não são lineares, nem pré-determinados por qualquer destino ou especificidade” (Oliveira, 2011, p. 169). As causas que podem levar à prostituição podem ser diversas, logo, não podemos considerar a existência de uma só causa, mas sim, a um conjunto de causas que se relacionam e se interligam entre si. Oliveira (2011) apresenta como causas para a entrada da prostituição as seguintes:

- A baixa formação escolar;
- Níveis socioeconómicos desfavorecidos;
- Abuso sexual na infância;
- Carências afetivas profundas e situações psicologicamente traumáticas;

- Acontecimentos fraturantes (como o divórcio, a prisão do marido, a expulsão de casa pelos familiares e perda de emprego).
- Gravidez precoce, que pode levar à rejeição por parte família;
- Violência conjugal;
- No caso dos jovens que fogem ao seu seio familiar por serem vítimas de agressões físicas, psicológicas ou sexuais ou por assistirem a maus-tratos conjugais ou por desejarem escapar á rigidez e autoridade por parte dos seus progenitores.

1.5. Modelos Políticos Legislativos

Como já foi referido, a prostituição é uma atividade que consiste na cobrança de dinheiro pela prática de atos sexuais e não é em si punível. O único tipo legal existente no sistema jurídico português que se apresenta diretamente ligado à prostituição, e que faz referência direta à mesma, é o crime de lenocínio, previsto no artigo 169.º n.º 1 do CP (Oliveira, 2017). Quem presta serviços sexuais é vítima de desaprovação, o que contribui para a desvalorização da atividade. Uma vez que a sua discriminação não implica que seja admissível como profissão, isto impede, por exemplo, que os/as trabalhadores/as do sexo, não usufruam de quaisquer direitos laborais, como a baixa médica, o direito a férias nos períodos estipulados, a segurança e higiene no trabalho e a impossibilidade do pagamento de impostos. De acordo com Oliveira (2017), Portugal não tem um sistema eficaz na extinção ou na diminuição do lenocínio e uma vez que é um tema importante, devemos analisar os modelos aplicados noutros países para perceber se Portugal enquadra-se em algum modelo. Com o decorrer dos anos, têm-se configurado três sistemas legislativos, embora nos últimos tempos, por influência dos países nórdicos face à questão da prostituição, implementaram um quarto sistema, sendo eles: o Proibicionismo, o Abolicionismo, o Regulamentarismo e a Descriminalização. Segue-se uma breve descrição de cada um dos sistemas (Pavía, 2020; Tavares, 2001; e Alves & Costa, 2001; Oliveira, 2017).

1.5.1. Proibicionismo

O sistema proibicionista considera que a prostituição é um crime imoral, que deve ser erradicado e que condena todos os seus participantes: prostituta, proxeneta

(chulo), “madame” e clientes. Este modelo é predominante nos Estados Unidos da América, na China, em Malta, na Eslovénia e em outros países do Leste da Europa. Este sistema condena as pessoas que exercem qualquer atividade de serviços sexuais através da penalização de multas e pena de prisão (Pavía, 2020; Tavares, 2001; Alves & Costa, 2001; Oliveira, 2017).

1.5.2. Abolicionismo

O sistema abolicionista é um sistema que considera a prostituição como forma de violência contra as mulheres e uma diminuição da sua liberdade. Considera que as prostitutas são vítimas e apenas objetos sexuais dos proxenetas (chulos) e dos clientes por quem são exploradas. Atualmente, podemos encontrar alguns países onde o modelo abolicionista foi restabelecido, como por exemplo na Suécia, Noruega e Islândia. Podemos destacar o modelo sueco de regulação da prostituição que tem como fundamento não punir as mulheres prostitutas, mas, em vez disso, promover medidas para a sua “reinserção” na sociedade e com isso fazer com que as prostitutas abandonem a atividade. Neste modelo, o comportamento do proxeneta (chulo) é condenável (Pavía, 2020; Tavares, 2001; Alves & Costa, 2001; Oliveira, 2017).

1.5.3. Regulamentarismo

Este modelo é caracterizado por tolerar e regular, mas sem legalizar, a prostituição. A atividade é explicada de forma negativa e é entendida como um mal que é impossível vencer. Por essa razão, a prostituição em vez de ser proibida está sujeita a uma série de regras, que têm como principal objetivo reduzir os problemas de risco que esta atividade pode originar. Deste modo, a partir do momento que cumprem as regras estabelecidas pelo Estado, não existe qualquer penalização do exercício da prostituição, sendo a prostituta encarada como uma prestadora de serviços e o cliente considerado como consumidor dos serviços, fazendo com que a prostituição seja vista como uma atividade de negócio. Os países que utilizam este sistema são: a Áustria, a Grécia, a

Alemanha e a Holanda. (Pavía, 2020; Tavares, 2001; Alves & Costa, 2001; Oliveira, 2017).

1.5.4. Descriminalização

Este modelo tem como base a descriminalização da atividade. Defende que a prestação de serviços sexuais não deveria ter uma regulamentação especial e que deveria ser uma atividade laboral igual aos dos outros trabalhadores. É um modelo que deixa de utilizar a palavra “prostituição” para se referir à atividade como trabalho sexual, o que levou a uma revolução total nesta área (Barroso-Pavía, 2020). O presente modelo pretende garantir a segurança das pessoas que praticam esta atividade como também a sua segurança e os interesses da sociedade. (Pavía, 2020; Tavares, 2001; Alves & Costa, 2001; Oliveira, 2017).

1.6. Discriminação e exclusão social

O estigma social refere-se à discriminação ou desaprovação de um indivíduo, ou grupo, com base em opiniões preconcebidas e características que os tornam diferentes dos restantes da sociedade. Para os trabalhadores do sexo, isso refere-se a trabalhar numa indústria que ainda é considerada “tabu” devido a séculos de condicionamento social. Segundo Oliveira (2011), a reação social perante as pessoas que fazem parte deste meio sempre foi, ou quase sempre, de rejeição e de exclusão. De acordo com Oliveira (2004), a estigmatização dos trabalhadores do sexo é algo bastante presente. A autora refere que este grupo é excluído e pode ser demonstrado em vários contextos: a nível da segurança social e do sistema fiscal, da privação do direito pleno de serem mães ou pais; da condenação moral e da rápida associação à contração de infeções sexualmente transmissíveis, nomeadamente HIV/SIDA, Hepatite B e C, bem como a associação ao uso de drogas e ao estatuto de toxicodependente. Este tipo de discriminação e violência, no qual Oliveira (2011) designou como “uma violência institucional”, acontece devido à visão estereotipada que a sociedade dominante tem

sobre as pessoas que se prostituem, tratando-as por “alguém que não é humano, que não tem sentimentos, emoções ou sensações” (Oliveira, 2011, p.233).

Devido a este rótulo, acrescenta-se a fragilidade e a inerência de constantes formas de violência físicas e psicológicas. De acordo com Ramalho (2020), os trabalhadores do sexo reportam várias situações de violência, nomeadamente o elevado risco de roubo, violação, e inúmeras formas de violência física. O autor ainda exemplifica a diferença entre os trabalhadores do sexo de interior e os trabalhadores do sexo de rua, sendo que “a violência perpetuada sobre quem trabalha em contexto de rua, é mais frequente e severa do que sobre quem trabalha em contextos de apartamentos” (Ramalho, 2020, p.263). Em virtude da estigmatização por parte da sociedade, esta atividade torna-se encoberta por quem a pratica, que tende a adotar estratégias como a mentira, a omissão de informação sobre o seu trabalho, o isolamento das redes de amizade e familiares, a utilização de pseudónimos (como forma de uma provável rejeição por parte de familiares, amigos e companheiros/as, tentam manter a sua atividade profissional sigilosa) e a escolha do local de trabalho em locais distantes da zona de residência (Sanders, 2005).

2. Trabalho Sexual em contexto universitário

Algumas investigações têm indicado que é cada vez maior o número de estudantes universitários que recorrem à indústria do sexo (Svedin & Priebe, 2007; Smith et al., 2010; Roberts et al., 2007), para satisfazerem as suas necessidades económicas. Estima-se que cerca de 1 em 20 estudantes, estão envolvidos em alguma forma de trabalho sexual (Sagar et al., 2015). No percurso universitário de qualquer estudante, um dos principais problemas que os alunos se deparam, são os custos associados à vida universitária, o que faz com que os estudantes procurem formas de agilizar a sua situação económica (Sverdin & Priebe, 2007). Na maioria dos casos, os estudantes universitários abandonam a sua cidade para ir estudar noutras regiões, o que confere a uma série de dificuldades a que estão expostos. O pagamento das propinas, o arrendamento de um espaço para viver, a alimentação e os custos de deslocações, tornam-se um problema, pois muitos estudantes não têm condições monetárias para arrecadar com tantos encargos financeiros. No entanto, associada a essas necessidades económicas, encontra-se também o tempo de estudo que os estudantes necessitam e que

é alvo de preocupação (Santos, 2018). Em comparação a outros trabalhos parciais, os estudantes elegem a flexibilidade, a autonomia, e o rendimento monetário rápido por poucas horas de trabalho, como motivações para entrarem na indústria do sexo (Sagar et al., 2015; Lantz, 2005). Os montantes obtidos com o trabalho sexual e o tempo despendido nesta atividade, em comparação com outras atividades, quer seja *full-time* ou *part-time*, parecem ser mais atrativos (Sagar et al., 2015; Lantz, 2005). No entanto, existem outros fatores que contribuem para a entrada no mercado sexual, como a independência monetária (que permite a aquisição de bens de luxo), o entusiasmo e o prazer sexual, são fatores que também, aliciam os estudantes na tomada de decisão (Sagar et al., 2015).

Apesar do trabalho sexual em contexto universitário não ser um fenómeno recente, existem evidências de que este tipo de atividade tem aumentado na última década (Hardy & Sanders 2015). Os resultados da pesquisa de Roberts, et al. (2007) estimam que cerca de 10% dos inqueridos conheciam alguém que trabalhava na indústria do sexo, sendo que em 2000, a taxa era de 3.99% e em 2006 6,3%, o que indica que cada vez mais estudantes universitários têm conhecimento sobre estudantes que trabalham na indústria do sexo. A existência do trabalho sexual, em contexto universitário é um fenómeno existente em todo o mundo. Encontrámos registo em Espanha (Meneses-Falcón, 2023), Reino Unido (Roberts et al, 2007), Austrália (Selvey, 2022), Suécia (Svedin, C. G., & Priebe, G. (2007), Canadá (Lavoie et al, 2010), Alemanha (Betzler et al, 2021), entre outros. Os estudos dos vários autores confirmam a existência deste trabalho em vários pontos do globo, o que demonstra que é um tema abordado na literatura e que indica a importância do seu estudo como forma de entender este fenómeno e tutelar o bem-estar da população estudantil (Santos, 2018).

2.1. Atividades eleitas pelos estudantes universitários em contexto do trabalho sexual

Como já foi referido, a indústria sexual é caracterizada pela por uma variedade de práticas, que podem ser entendidas como diretas e indiretas. Segundo Roberts et al, (2007), o *lap dancing* é identificado como o setor mais popular entre os estudantes que trabalham no mercado sexual devido à caracterização do não-contacto, facto que confere uma aceitação maior como sendo uma atividade legítima, comparada com as

atividades de contacto-direto de outros serviços relacionados com as práticas sexuais, e que por vezes, muitos estudantes, não querem esse contacto direto e desenvolver uma prática sexual com penetração. Segundo Lantz, (2005); Duvall Smith, (2006); Roberts et al, (2007), os estudantes inseridas/os no mercado sexual, optam pelo contacto indireto através de danças eróticas, *peep shows*, chamadas eróticas, massagens eróticas, tabletop, acompanhantes ocasionais, entre outros e sobretudo, através da venda de serviços sexuais via internet. Atualmente, a venda de serviços sexuais via *internet*, tem sido a principal forma de criação de conteúdo e de venda por parte dos estudantes e trabalhadores do sexo. O uso de aplicações como *Pornuhb*, *OnlyFans*, entre outros, permitem ser ferramentas que aumentam o nível de segurança dos trabalhadores, e permite também que o trabalho, seja consumido por um público maior (Sanders et al., 2017).

2.2. Ser estudante e trabalhador do sexo

Ser trabalhador e estudante significa conciliar as exigências do estudo com as obrigações de um emprego. No entanto, agregar essas duas atividades em simultâneo, sobretudo o trabalho sexual não é uma tarefa fácil que pode levar a dificuldades na gestão de tempo e ao desgaste físico e psicológico (Pereira, 2017). No trabalho desenvolvido por Santos (2018), ficou claro que os estudantes e trabalhadores do sexo apresentam dificuldades face à conciliação das duas atividades, principalmente a dificuldade na gestão de tempo e ao desgaste emocional e físico. No que concerne à gestão de tempo, o autor afirma existir um obstáculo no que toca ao foco que é atribuído a cada atividade (ex.: quando um trabalhador do sexo está em sala de aula a assistir a uma aula e o telemóvel toca, o mesmo tem de abandonar a sala o mais rapidamente possível para ir trabalhar), demonstra que os estudantes não conseguem desempenhar as tarefas em simultâneo, e acabam por priorizar uma atividade em prol de outra. Outra situação é o facto de demonstrarem dificuldades em organizar o tempo para desempenharem atividades de lazer (ex.: sair à noite apenas quando há alguma festa de aniversário de um colega da universidade).

Relativamente ao desgaste físico e psicológico, podem ter consequências negativas relativas à saúde dos estudantes e trabalhadores do sexo que podem manifestar-se pela perda de peso, dificuldades no foco e na concentração, dificuldades

na tomada de decisões, impossibilidade de relaxar e descansar e de preocupação, cansaço fadiga e desmotivação (Savescu, Stoe e Rotaru, 2017 cit. in Silva, 2019). Devido ao desgaste, existe uma diminuição no desempenho das atividades (ex: quando um/a estudante e trabalhador sexual falta às aulas pois trabalhou durante a noite e sente-se cansado e exausto/a), o que se torna prejudicial a nível académico, profissional e pessoal (Santos, 2018). Assim, é possível compreender que a conciliação entre as duas atividades (ser estudante e trabalhador do sexo), torna-se difícil e podem manifestar consequências negativas para a saúde e o bem-estar da pessoa.

3. Associações e Programas de Apoio a Trabalhadores do Sexo em Portugal

Em Portugal, existem várias associações e redes de apoio aos trabalhadores do sexo. Algumas delas incluem:

Programa Autoestima - O projeto Autoestima é um programa de saúde, da responsabilidade da ARS NORTE e tem como parceiros fundadores o Instituto da Droga e da Toxicodependência e da Câmara Municipal de Matosinhos. Este projeto exerce a sua atividade desde fevereiro de 1998 e tem como principais objetivos: aumentar o nível de saúde dos trabalhadores sexuais, alertando os e protegendo os dos riscos de IST's e do VIH; facilitar o acesso aos serviços de saúde; promover o apoio psicológico e jurídico; diagnosticar e tratar de pessoas portadoras de alguma IST, cancro do colo do útero e da mama; aumentar o nível de vacinação relativas ao tétano e hepatite B, entre outros. Podem ser contactados através do mail (autoestima.mato@arsnorte.min-saude.pt) ou por telefone no (+351) 964713374 / 220045080.

Porto G- O Porto G foi criado em 2008 no âmbito do Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA da Direção Geral da Saúde (DGS), integrando o esforço nacional de luta contra o VIH/SIDA. O principal objetivo deste projeto é contribuir para a prevenção e controlo do VIH e outras infeções sexualmente transmissíveis (IST) nos/as trabalhadores do sexo (TS) e nos/as seus/suas clientes através de uma intervenção de proximidade integrada que promove o acesso à informação, a materiais contraceptivos e informativos, a realização de rastreios (VIH, Sífilis, VHB e VHC), a referenciação hospitalar e o combate ao estigma e discriminação associados à infeção e ao trabalho sexual. Podem ser contactados através do mail (portog@apdes.pt) ou por telefone no (+351) 962 301 076 / 927 952 067.

Grupo Partilha de Vivências - O Grupo Partilha de Vivências, foi criado em 2017 na cidade de Braga, e tem como principal objetivo criar respostas sociais a pessoas de vulnerabilidade e exclusão social contra o estigma e o preconceito. A criação deste projeto visa contribuir para a inclusão social dos trabalhadores do sexo, bem como dar a conhecer as diferentes respostas sociais, percecionando as fragilidades e constrangimentos que dificultam a criação de um projeto de vida. Podem ser contactados através do email (grupopartilhavivencias@gmail.com) ou por telefone no (+351) 912 114 391.

Associação MTS - O Movimento dos Trabalhadores do Sexo, é uma organização portuguesa de representação e de luta pelos direitos laborais dos trabalhadores do sexo. Foi fundada em 2018 e é dirigida e dinamizada por profissionais e/ou ex-profissionais do sexo. O MTS promove a defesa e a luta pelos direitos laborais dos trabalhadores do sexo, o fim da discriminação, do estigma e da violência contra os trabalhadores do sexo e a promoção de educação, formação e partilha de informação sobre o Trabalho sexual. Este movimento luta igualmente pelos direitos das mulheres, pela comunidade LGBTQIAP+, pelo antirracismo, bem como o direito laboral de todos os trabalhadores do sexo, em particular das pessoas que se encontram numa situação informal. Podem ser contactados através do mail (movimentots@gmail.com).

Manas - As Manas é um grupo de apoio mútuo constituído por 55 mulheres, mulher trans e pessoas não-binárias, utilizadoras de drogas, na sua maioria trabalhadoras do sexo em contexto exterior, que se reúnem e regularmente no Intendente em Lisboa, num espaço seguro- o manasaferspace. Durante esses encontros, as integrantes convivem e prestam as suas vivências enquanto consumidoras e Trabalhadoras do Sexo. A maioria das integrantes são migrantes, mães solteiras com trabalhos precários e com dificuldades de acesso aos cuidados de saúde, mais especificamente no âmbito sexual e reprodutivo. Podem ser contactados através do Instagram ((<https://www.instagram.com/manasaferspace/>) ou pelo Facebook (<https://www.facebook.com/manasaferspace/>).

Associação POSITIVO - O Red Ligth é um projeto de continuidade da Associação POSITIVO, que é cofinanciado pela DGS no âmbito da prevenção para o VIH e promoção para a saúde na zona de Lisboa e arredores. É um projeto de base comunitária destinado se a Trabalhadores do Sexo. O Red Light pretende dar continuidade às estratégias e metodologias já implementadas, permitindo estabelecer

uma relação de proximidade e confiança com a comunidade. A abordagem na rua é importante, permite não só apresentar e sensibilizar, mas também distribuir material de prevenção. Os contactos indoor, a manutenção e a renovação é muito importante, visto ser uma população que é extremamente volátil e estão sempre a surgir novas pessoas, face aos quais é necessário apresentar os serviços, tais como, consulta médica, apoio psicológico, social, psiquiátrico, nutrição e jurídico. Podem ser contactados através do mail (saude@positivo.org.pt) ou por telefone no (+351) 960238712.

Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA”: Projeto + Rastreio=+Vida- “A Comunidade Contra a SIDA”, fundada em 1993 é uma instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, que têm como principais objetivos, ajudar e apoiar pessoas infetadas com VIH/SIDA, bem como os seus familiares. Dos vários projetos que a Fundação realiza, ressalta se o Projeto “+ Rastreio=+ Vida”, um projeto com o apoio da DGS e de várias entidades de saúde, realiza rastreios comunitários para a prevenção de IST’s e/ou sinalizar e acompanhar pessoas que tenham resultados reativos para alguma das infeções. O público-alvo são trabalhadores sexuais, mulheres, homens e transgéneros. De uma forma geral, as pessoas são contactadas por uma equipa multidisciplinar através de sites destinados aos/às trabalhadores/as sexuais (Classificados X) onde é explicado o objetivo do projeto. Após o contacto, a equipa dirige-se ao domicílio dos trabalhadores sexuais de forma a realizar o rastreamento. Podem ser contactados através do mail (caoporto@gmail.com) ou por telefone no (+351) 22 208 8646.

Espaço Pessoa – O Espaço Pessoa foi criado em 1997 e situa se na cidade do Porto, e tem como principal objetivo dar apoio a trabalhadores de sexo de rua e a pessoas consumidoras de substâncias aditivas. Além dos atendimentos especializados nas áreas da psicologia, enfermagem e serviço social, os utentes têm à sua disposição uma sala de convívio, balneário, lavandaria e rouparia. O projeto atua também nas áreas das IST’s, com particular atenção para os rastreios do HIV/SIDA, Sífilis, Hepatite B e C. Podem ser contactados através do mail (apfrecursoshumanos@apf.pt) ou por telefone no (+351) 21 385 39 93.

Capítulo II- Contribuição Empírica

1. Metodologia

1.1. Proposta de Intervenção

Este projeto foi pensado no sentido de explorar a realidade de estudantes universitários/as que exercem qualquer tipo de atividade relacionada com o trabalho sexual. Em termos gerais, pretende-se explorar discursos e percursos relacionados com as experiências destes sujeitos e no modo como estas se articulam com a sua vida universitária. Estudar e trabalhar ao mesmo tempo pode ser muito desafiante, visto que obriga a conciliar duas realidades exigentes (Silva, 2019). De facto, no dia a dia de um trabalhador-estudante, os desafios intelectuais, temporais e/ou físicos são a dobrar sendo que um dos maiores desafios passa pela gestão do tempo e da energia necessários para dar resposta às tarefas associadas às duas atividades e que muitas vezes prejudica uma das atividades desempenhadas (Pereira, 2017). O trabalho sexual entre estudantes universitários/as é uma realidade muitas vezes invisível, que pode ter implicações significativas na sua vida pessoal, emocional e académica do sujeito. Este projeto de intervenção visa identificar as motivações subjacentes ao envolvimento de estudantes universitários/as no trabalho sexual, bem como as implicações que esta atividade pode ter na sua vida pessoal e académica.

1.2. Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho consiste em explorar a realidade de estudantes universitários/as que exercem qualquer tipo de atividade relacionada com o trabalho sexual.

1.3. Objetivos específicos

1. Caracterizar sócio demograficamente os/as estudantes universitários/as que fazem trabalho sexual;
2. Aferir os percursos de vida dos estudantes universitários/as que fazem trabalho sexual;
3. Entender de que forma é que o trabalho sexual interfere na vida dos estudantes;

4. Identificar obstáculos que os estudantes universitários enfrentam na conciliação entre os estudos e o trabalho sexual.

1.4. Método

A nível metodológico, o projeto tem um carácter qualitativo e exploratório com recurso à entrevista em profundidade.

1.5. Participantes

Os participantes a envolver neste projeto serão estudantes universitários e trabalhadores do sexo, que residam no Porto. O acesso a estes sujeitos será através do projeto “+Rastreio=+Vida” elaborado pela Fundação Portuguesa “A Comunidade contra a SIDA”, uma vez que este projeto é especializado em trabalhadores do sexo, que dá apoio psicossocial e faz rastreios para despistes de IST’s e onde os participantes deste estudo são clientes. Importa referir que este acesso será facilitado pelo facto de a autora do trabalho ter estagiado nesta instituição.

1.6. Material e procedimento

A recolha de dados será realizada através de um questionário sócio demográfico (Anexo A) e de um guião de entrevista semiestruturada (Anexo B), com perguntas abertas e exploratórias, a conduzir de modo semi-diretivo. Será também solicitada a autorização à FPCCSIDA para realizar o estudo junto dos trabalhadores do sexo (Anexo C), tendo o cuidado de transmitir toda a informação relativas ao objeto de estudo e aos objetivos a serem alcançados, assegurando o anonimato e a confidencialidade aos inquiridos. Para a realização do estudo, será necessário submeter o projeto à apreciação da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa de forma a cumprir as normas e ética pela comunidade científica internacional. Por último, após a resposta positiva da

Fundação, serão combinados os horários com os participantes do projeto, a que será disponibilizado o Consentimento Informado (Anexo D).

2. Apresentação e discussão dos Resultados Esperados

No que concerne aos resultados, espera-se que a conclusão deste projeto permita atingir os objetivos gerais e específicos previamente propostos. Desta forma, através da análise e interpretação dos resultados obtidos através das entrevistas em profundidade, acreditamos ser possível, não só caracterizar com detalhe os estudantes universitários/as e trabalhadores do sexo como também entender as motivações dos estudantes universitários/as para entrarem no trabalho sexual (necessidade financeira urgente, independência financeira, a flexibilidade de horários) e as dificuldades que os mesmos enfrentam na conciliação das duas atividades em simultâneo (carga horária elevada, estigma e discriminação, equilíbrio emocional, desempenho e pressão académica).

É importante ressaltar que a própria técnica de recolha de dados utilizada parece ser a mais adequada aos objetivos propostos, uma vez que permitirá ao público-alvo explorar livremente a sua realidade, sem constrangimentos, discriminação e sem respostas que fossem induzidas por parte da investigadora.

Com este estudo esperamos ter um melhor entendimento sobre estes/as estudantes universitários/as que fazem trabalho sexual o que vai contribuir para um maior conhecimento acerca desta realidade. Ao entendermos melhor as complexidades deste tema, esperamos desenvolver formas e estratégias de combater o preconceito, o estigma e toda a discriminação que esta população é alvo. A realização deste projeto realiza-se sobretudo para dar voz a estes estudantes universitários/as de forma a serem respeitados/as e valorizados/as pelos restantes membros da sociedade.

Conclusão

A realização deste projeto permitiu conhecer de forma mais detalhada uma realidade que é muito complexa e poucas vezes abordada. Em Portugal e em todo o mundo, existem muitos trabalhadores do sexo a quem não é reconhecida a proteção da lei a nível laboral e civil. O trabalho sexual, nas suas distintas formas e a dignificação das pessoas que o exercem é fundamental e, para isso, há que consciencializar as pessoas para esta problemática de forma a tentar desconstruir a imagem estereotipada que a sociedade tem dos trabalhadores do sexo.

Devido à imagem que ao longo dos anos se foi construindo sobre os mesmos, o estigma e a discriminação que recai sobre essas pessoas que fazem trabalho sexual têm um impacto negativo na sua atividade, designadamente em termos de segurança, saúde e vida pessoal destas pessoas. As violências perpetradas nos trabalhadores do sexo radicam muito do estigma que está associado a quem faz esta atividade e esse ponto tem a ver da forma como se encara essas pessoas, quando nelas se projeta essa marca negativa e pesada que faz com que exista uma distinção das restantes o que dá origem à violência, à discriminação, à etiquetagem, à exclusão e ao descrédito. Ao longo dos últimos anos, cada vez mais existem intervenções e projetos juntos dos trabalhadores do sexo como forma de prestar apoio ao nível social, saúde, jurídico psicológico, entre outras, de forma a apoiar estas pessoas que muitas vezes lhes é negada apenas por serem trabalhadores do sexo. Apesar dos avanços positivos por parte da sociedade e por revelarem-se importantes para a mudança de mentalidade, continuam a não ser suficientes. Assim, os trabalhadores do sexo devem ser considerados e respeitados enquanto membros da nossa sociedade e serem reconhecidos e facilitar o acesso pleno ao estatuto legal, possibilitando o usufruto de todos os direitos consagrados entre os quais, a proteção e a igualdade para todos os cidadãos.

Referências bibliográficas

Armstrong, L. (2015). “*Who’s the slut, who’s the whore?*”: Street harassment in the workplace among female sex workers in New Zealand. [Em linha]. Disponível em <http://doi.org/10.1177/1557085115588553> [Consultado em 05/03/2024].

Pavía, R.M. (2020). Modelos ideológicos de regulação da prostituição ou trabalho sexual: abordagem a partir de uma perspetiva jurídica e social. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/90571>

Costa, J. e Alves, L. (2001). *Prostituição 2001. O Masculino e o Feminino de Rua*. Edições Colibri. Lisboa.

Costa, J. e Alves, L. (2001). *Prostituição 2001. O Masculino e o Feminino de Rua*. Edições Colibri. Lisboa, p .34.

Costa, J. e Alves, L. (2001). *Prostituição 2001. O Masculino e o Feminino de Rua*. Edições Colibri. Lisboa, p. 69.

Chateauvert, M. (2014). *Sex workers unite: A history of the movement from Stonewall to SlutWalk*. Boston, Beacon Press.

Código Penal, DL n° 48/95, artigo 164°. [Em linha]. Disponível em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=109A0164&nid=109&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao= [Consultado em 01/02/2024].

Duval, S. A. (2006). “40,000 French Students Join Sex Trade to Fund Degrees.” *The Independent*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/thousands-of-students-join-sex-trade-to-fund-degrees-422287.html>. [Consultado em 07/02/2924].

Ernst F, et al. (2021) *Students in the Sex Industry: Motivations, Feelings, Risks, and Judgments*. *Front*. [Em linha]. Disponível em: doi: 10.3389/fpsyg.2021.586235. [Consultado em 07/02/2924]

Farley, M. & Barkan, H. (1998). *Prostitution, violence, and posttraumatic stress disorder*. *Women & Health*, pp. 37–49. [Em linha]. Disponível em https://doi.org/10.1300/J013v27n03_03

Graça, M. (2019) “Trabalhadores/as do sexo e ação coletiva: iniciativas no contexto português”, *Sociologia*. [Em linha]. Disponível em <http://journals.openedition.org/spp/5725> [Consultado em 03/03/2024].

HIV/AIDS, J.U. N. P. O. (2009). UNAIDS guidance note on HIV and sex work. UNAIDS, Geneva.

Hoigard, C e Finstad, I. (1992). *Backstreets. Prostitution, money and love*. The Pennsylvania State University Press.

Lantz, S. (2005) *Students Working in the Melbourne Sex Industry: Education, Human Capital and the Changing Patterns of the Youth Labour Market*, *Journal of Youth Studies*. [Em linha]. Disponível em: DOI: 10.1080/13676260500431669. [Consultado em 14/02/2024].

Lavoie, F et al. (2010). Buying and selling sex in Québec adolescents: a study of risk and protective factors. [Em linha]. Disponível em: doi: 10.1007/s10508-010-9605-4. [Consultado em 11/01/2024].

Meneses, F. C. (2023). *Sex worker or victim? Exploring the sex industry in Spain*. *European Journal of Women's Studies*. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13505068231164364>. [Consultado em 05/01/2024].

Nixon, K., et al. (2002). The everyday occurrence: Violence in the lives of girls exploited through prostitution. *Violence Against Women*. [Em linha]. Disponível em: <http://doi.org/10.1177/107780120200800902>. [Consultado em 05/01/2024].

Oliveira, A. (2011). *Andar na Vida. Prostituição de Rua e Reação Social*. Edições Almedina. Coimbra.

Oliveira. (2011). *Andar na Vida. Prostituição de Rua e Reação Social*. Edições Almedina. Coimbra. P.15

- Oliveira, A. (2011). *Andar na Vida. Prostituição de Rua e Reação Social*. Edições Almedina. Coimbra. P.231
- Oliveira, A. (2011). *Andar na Vida. Prostituição de Rua e Reação Social*. Edições Almedina. Coimbra. P. 233
- Oliveira, A. (2011). *Andar na Vida. Prostituição de Rua e Reação Social*. Edições Almedina. Coimbra. P.169.
- Oliveira, M. (2017). A Prostituição no sistema jurídico português, Tese de mestrado, Faculdade de direito da universidade nova de Lisboa, Lisboa. disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/25338/1/Oliveira_2017.pdf.
- Oliveira, A. (2004). As vendedoras de ilusões. Estudo sobre prostituição, alterne e striptease. Editorial Notícias. Lisboa.
- Oliveira, A. (2004). As vendedoras de ilusões. Estudo sobre prostituição, alterne e striptease. Editorial Notícias. Lisboa. P.89.
- Oliveira, A. “Respeitar quem faz trabalho sexual. Alexandra Oliveira. TEDxPorto.” *YouTube*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=neNJUARDKa0>. [Consultado em 13/02/2024].
- Phipps, A. (2013). *Violence against sex workers in the UK: Current theory and practice in domestic abuse, sexual violence, and exploitation*. London. Kingley Publishers. PP. 87-102.
- Pereira, S.A.R. (2017). Saliência dos papéis e satisfação com os papéis de vida: A influência da perceção do apoio organizacional numa amostra de trabalhadores-estudantes. (Tese de mestrado). [Em linha]. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33361/1/ulfpie052876_tm_tese.pdf. [Consultado em 17/02/2024].
- Ramalho, A. N. (2019). *“Virar travesti”: Trajetórias de vida, prostituição e vulnerabilidade social*. Lisboa
- Ramalho, A. N. (2019). *“Virar travesti”: Trajetórias de vida, prostituição e vulnerabilidade social*. Lisboa. P.263.

Ramalho, A. N. (2019). “*Virar travesti*”: *Trajetórias de vida, prostituição e vulnerabilidade social*. Lisboa. P. 268.

Roberts, R et al. (2007) Sex work and students: an exploratory study, *Journal of Further and Higher Education*. [Em linha]. Disponível em: DOI: 10.1080/03098770701625720 [Consultado em 11/02/2024].

Raphael, J e Shapiro, D. (2004). *Violence in indoor and outdoor prostitution venues*. *Violence Against Women*. PP. 126–139. [Em linha]. Disponível em: <http://doi.org/10.1177/1077801203260529> [Consultado em 20/01/2024].

Schouten, M. (2010). *Mulheres da vida: Prostituição, estado e políticas*. Famalicão. Edições Humus. PP. 85-95

Sanders, T. (2005). *Sex work: A risky bussiness*. Devon: Willan Publishing.

Svedin, C e Priebe, G. (2007). *Selling Sex in a Population-Based Study of High School Seniors in Sweden: Demographic and Psychosocial Correlates*. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10508-006-9083-x> [Consultado em 26/01/2024].

Sagar, T et al. (2015). *The Student Sex Work Project: Research Summary*. Centre for Criminal Justice and Criminology, Swansea University.

Selvey, A, et al (2022). It is stigma that makes my work dangerous’: experiences and consequences of disclosure, stigma, and discrimination among sex workers in Western Australia. [Em linha]. Disponível em: DOI: [10.1080/13691058.2020.1825813](https://doi.org/10.1080/13691058.2020.1825813) [Consultado em 22/01/2024].

Silva, M.A.B. (2019). *Ser trabalhador-estudante no Ensino Superior: o caso dos TE’s do Mestrado Integrado em Psicologia da FPCEUP*. [Em linha]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123832/2/365286.pdf>

Sanders T, et al (2017). *Internet Sex Work: Beyond the Gaze*. London: Palgrave Macmillan.

Tavares, M. (1997). *Prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista*.

[Em linha]. Disponível em:

<file:///C:/Users/Ritaa/Downloads/Prostitui%C3%A7%C3%A3o%20-%20Diferentes%20Posicionamentos%20no%20Movimento%20Feminista.pdf>

[Consultado em 10/02/2024].

Teela, S e Kate, H. (2015). Students selling sex: marketisation, higher education and consumption, *British Journal of Sociology of Education*. [Em linha]. Disponível em:

DOI: 10.1080/01425692.2013.854596 [Consultado em 11/02/2024].

Anexos

Anexo A: Questionário Sociodemográfico

Olá, bom dia/boa tarde/boa noite,

O presente questionário pretende entender as implicações que o trabalho sexual tem na vida universitária e como conseguem conciliar o trabalho com os estudos. A participação neste estudo é voluntária. Apenas os inquiridos no projeto terão acesso ao questionário. As respostas serão totalmente confidenciais e anónimas.

Por favor, não escreva o nome em nenhuma das páginas. O preenchimento do questionário terá a duração de 5 minutos.

Caracterização sociodemográfica

1. Idade: _____
2. Identidade de género:
 - Mulher Cis
 - Mulher Trans
 - Pessoa Não-Binária
 - Homem cis
 - Homem Trans
3. Nacionalidade: _____
4. Curso Universitário: _____
5. Ano: _____
6. Local de residência: _____
7. Atividade:
 - Massagens
 - Casais e swing
 - Strip tease
 - BDSM e fetiche
 - Sexo virtual e sexo por telefone
8. Há quanto tempo está no trabalho sexual: _____

Anexo B: Guião de Entrevista

Perguntas exploratórias

1. Poderia descrever o perfil sociodemográfico (e.g. idade, identidade de género, nacionalidade, curso universitário, ano de curso, local de residência) dos estudantes universitários/as que fazem trabalho sexual?
2. Poderia partilhar um pouco da sua trajetória de vida até ingressar na universidade e como o trabalho sexual surgiu durante esse percurso?
3. Ser trabalhador/a do sexo influencia a sua vida pessoal e académica enquanto estudante universitário/a?
4. Quais são os principais desafios que encontra ao tentar conciliar as suas atividades académicas com o trabalho sexual? Sente algum impacto no seu desempenho académico?

Anexo C: Pedido de colaboração á Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA”

Exma. Senhora

Dra. Filomena Frazão de Aguiar

Diretora Geral da FPCCISA

Porto

Assunto: Solicitação de autorização

Eu, Ana Rita Rodrigues Pereira, aluna do último ano do 1º Ciclo de estudos de Criminologia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, venho, por este meio, solicitar a colaboração da V. fundação, no sentido de realizar recolha de dados para fins de investigação relativa á intervenção profissional desenvolvida de estudantes e trabalhadores do sexo. Os dados recolhidos serão confidenciais e anónimos, sendo que, em momento algum, os participantes e a sua afiliação com a fundação não serão, em momento algum, identificados.

Em termos gerias, o trabalho procurará entender se _____. O trabalho envolve o preenchimento de um questionário sociodemográfico e a condução de uma entrevista semiestruturada, a ser realizada e horário a combinar entre as partes. Em caso de necessidade de prestação de esclarecimentos, ou mais informações, poderá contactar para o número de telemóvel 915869491, ou para o e-mail 40463@ufp.edu.pt.

Sem mais de momento, aguardo resposta.

Atenciosamente,

Porto, de março de 2024

A Aluna

(Ana Rita Rodrigues Pereira)

Anexo D: Consentimento Informado

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Designação do Estatuto (em português):

.....
.....

Eu, abaixo-assinado, (nome completo do participante no estudo)

....., compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que será incluído. Foi-me dada a oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objetivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer juízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados apenas, e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados num local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: ____/____/20__

Assinatura do participante no projeto: _____

O Investigador responsável:

Nome:

Assinatura:

Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa